



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 379/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00318 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita manifestação da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA quanto à possibilidade de que o CEETEPS esteja utilizando um parecer jurídico para me negar acesso à documentos, dados e informações pessoais do Sr. [REDACTED] Provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 379/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, a Autarquia, após realizar consulta junto à Consultoria Jurídica do órgão, questionando os procedimentos a serem adotados no Sistema de informações aos Cidadão - SIC do Centro Paula Souza-CEETEPS, no sentido de orientar respostas às demandas protocoladas por terceiros que sejam idênticas àquelas outras já protocoladas pelo Senhor [REDACTED] as quais já foram negadas com fundamento no Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021, deu conhecimento à requerente sobre a existência do Parecer CJ/CEETEPS 222/2022, que reiterou as conclusões do citado Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021, reconhecendo o abuso de direito praticado pelo solicitante, justificando, assim, o não atendimento da presente demanda. Em resposta ao recurso, em grau de 1ª Instância, a Autarquia, reiterou a vigência do Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021 e fez referência ao novo Parecer CJ/CEETEPS 222/2022, que fundamenta a negativa do acesso às informações requeridas pela interessada.
3. Inconformada, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que a Autarquia indicou para a requerente as razões de direito da recusa total do pedido de acesso à informação pretendida, com base nos pareceres jurídicos emitidos pela Consultoria Jurídica da Autarquia, conforme consta do processo CEETEPS-EXP-2022/32510.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Nada obstante as razões de direito da recusa do pedido de acesso à informação pretendida. Entretanto, cabe notar que o pedido ora formulado pela solicitante foi dirigido à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA do CEETEPS, nos termos do art. 12 do decreto estadual nº 58.052/2012. com alterações posteriores.
6. Em sendo assim, e, considerando que o órgão não realizou trazer avaliação da sua Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, **conheço e dou provimento ao recurso**, com fundamento no artigo 11, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2015 (Lei de Acesso à Informação - LAI), e art. 19 parágrafo único do aludido Decreto 58.052, de 16.05.2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 12 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público